

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº DE 2009 (do Sr. Duarte Nogueira)

Requer a convocação do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a queda de arrecadação de tributos federais, a multa da Secretaria da Receita Federal à Petrobras por manobra contábil que permitiu à empresa compensar mais de R\$ 4 bilhões em impostos devidos em 2008 e o possível enfraquecimento da Receita Federal do Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento nos arts. 50 e 58, III, ambos da Constituição Federal, combinado com o art. 24, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro do Estado da Fazenda, Guido Mantega, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as fortes quedas de arrecadação de tributos federais, a multa imposta à Petrobras por manobra contábil que permitiu à empresa compensar mais de R\$ 4 bilhões em impostos devidos em 2008, bem como sobre o possível enfraquecimento da Receita Federal do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Globo, em sua edição de 13 de julho de 2009, publicou notícia sob o título **“Arrecadação caiu de novo em junho e ajudou a derrubar Lina Vieira”**. Diz a notícia:

“De Regina Alvarez, Martha Beck e Chico de Gois
BRASÍLIA. A arrecadação de tributos em junho continuou ladeira abaixo, com queda real — pelo oitavo mês seguido — entre 5,5% e

6% em relação ao mesmo período de 2008, mesmo com os sinais de recuperação da economia.

O fraco resultado da arrecadação no primeiro semestre — que será divulgado pela Receita esta semana — também contribuiu para a decisão do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de demitir a secretária Lina Vieira, que ficou 11 meses no cargo, embora o principal motivo tenha sido o desgaste provocado pelo embate entre Receita e Petrobras, conforme antecipou o colunista Jorge Bastos Moreno, na edição de sábado do GLOBO.

O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), disse ontem que a oposição irá convocar Lina Vieira para depor na CPI da Petrobras. Guerra afirmou que a oposição pretende discutir se a Receita aplicou multa à Petrobras por causa da manobra contábil que permitiu à empresa compensar mais de R\$ 4 bilhões em impostos devidos em 2008.

— Vamos querer investigar tudo — disse Guerra, que criticou o Palácio do Planalto pela demissão de Lina. — Há muita pressão do Planalto, que segura o Sarney e coloca para fora a secretária da Receita Federal.

Na semana passada, a cúpula do Ministério da Fazenda também tomou conhecimento dos resultados da fiscalização no primeiro semestre, que ficou abaixo do obtido do mesmo período no ano passado, quando os auditores, em greve, paralisaram os trabalhos por dois meses. No ano passado, as autuações de pessoas físicas e jurídicas chegaram a R\$ 75 bilhões, 30% inferior aos R\$ 108 bilhões registrados em 2007.

O resultado da arrecadação de junho mostra que a Previdência teve um bom desempenho, mas setores que vinham tendo uma boa atuação, como o comércio e os serviços, apresentaram queda, o que contribuiu para o resultado final negativo.

Também o desempenho do setor de petróleo, que teve pequena recuperação em maio, voltou a cair em junho.

A Unafisco Sindical — Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — divulgou nota ontem, onde afirma que **“o enfraquecimento do poder decisório da Receita e sua transferência para a secretaria-executiva do Ministério da Fazenda, aliado a desonerações tributárias que foram realizadas sem que fosse ouvida a Receita Federal, além da crise econômica mundial, foram os fatores determinantes a influenciar na arrecadação do primeiro semestre”**.

A entidade também condenou a ingerência política na Receita Federal, em uma referência à Petrobras: “Como órgão de Estado, a Receita deve exercer seu enorme poder coercitivo sobre a vida dos cidadãos sem vinculação política a quem quer que seja e com total autonomia e independência em relação a governos e governantes”.

Na nota, a Unafisco afirma ainda: “Aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil não interessa, nem pode e nem deve interessar, quem é o acionista majoritário ou quem tem interesse político na empresa autuada. Verificada a contrariedade ao procedimento previsto na lei tributária, é obrigação vinculada a autuação de quem não cumpriu a lei”.

O coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Carlos Martins, que é secretário de Fazenda da Bahia, lamentou a saída de Lina Vieira da Receita: — Ela tinha estabelecido uma forma de relacionamento muito proveitosa com os estados.

Bernard Appy também deve deixar seu cargo Também deve deixar o cargo, nos próximos dias, o secretário extraordinário de Reformas Econômico Fiscais, Bernard Appy.

Ele está descontente com o encaminhamento que o governo vem dando à reforma tributária e foi afastado das decisões importantes do Ministério da Fazenda.

Suas propostas não emplacam. A mudança na caderneta de poupança é tão complexa que o governo não conseguiu nem mandar o projeto para votação. Já o projeto de reforma tributária está paralisado no Congresso.”

O jornal Valor Econômico de 13/7/2009 publicou:

“Mantega quer substituto 'estável' para Receita

Arnaldo Galvão, de Brasília

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, está procurando viabilizar a escolha de um substituto "estável" para a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, demitida na sexta-feira por pressões do Palácio do Planalto. Lina vinha tentando se equilibrar no cargo desde que deixou exposta, sob suspeita, a ação que a Petrobras denominou de "compensação de tributos". O nome mais forte para o cargo é o do secretário-executivo Nelson Machado, que já foi ministro da Previdência e tem boa aceitação do PT. Responsável pela escolha de Lina, Machado vinha atuando na administração da Receita.

Mantega quer evitar um desgaste político maior barrando uma "intervenção branca" que reconduza ao comando da administração tributária colaboradores do ex-secretário Jorge Rachid, cujo afastamento é lamentado em vários gabinetes do governo.

Lina caiu 20 dias antes de completar um ano à frente da Receita. Sua gestão foi desgastada desde o início pela dificuldade na absorção da extinta Secretaria da Receita Previdenciária. Promoveu nomeações políticas de sindicalistas ligados ao PT. A turbulência foi agravada pela crise econômica, que causou

sucessivas quedas mensais da arrecadação e deu a seus superiores o pretexto para justificar uma eventual demissão.

A avaliação da secretária caiu ao mínimo patamar, porém, quando a Receita contestou a bilionária compensação de tributos feita pela Petrobras. Seu afastamento deverá ser mais um caso para a agenda da CPI da Petrobras, que poderá ser instalada nesta terça-feira, no Senado.

Lina também incomodou os bancos ao anunciar que o setor seria fiscalizado com mais rigor. Reforçou a delegacia especializada em instituições financeiras em São Paulo e os auditores, no primeiro semestre, lançaram R\$ 4,8 bilhões em créditos tributários. A Receita também entrou em rota de colisão com o gabinete de Mantega ao resistir contra o acordo, fechado no Senado, para reconhecer bilhões do crédito-prêmio do IPI a favor dos exportadores.

O nome de Lina foi apresentado a Mantega por Nelson Machado porque Rachid era visto pelo ministro como um secretário da Receita que "tinha muita autonomia". Rachid era remanescente da administração de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda. Nesse cenário, a queda da secretária também representa derrota para Mantega porque foi sua a iniciativa de defenestrar Rachid.

A saída de Lina deve interromper a pressão para uma grande mudança na legislação sobre a compensação de tributos. A cúpula da Receita Federal tinha apurado que entre 40% e 60% dos créditos declarados pelas empresas nas compensações de tributos são inexistentes. Esse quadro reduz a capacidade de previsão dos resultados da arrecadação.

No gabinete de Lina, prevalecia a visão segundo a qual os contribuintes têm excesso de liberdade para compensar tributos. Atualmente, crédito referente a um tributo pode ser compensado deixando-se de pagar outro tributo. Além disso, o regime declaratório funciona como "banco fiscal". Um dirigente de uma empresa pode declarar que tem direito a compensação e isso já o autoriza a não pagar determinada obrigação com o fisco. Depois da declaração, a Receita tem até cinco anos para negar a homologação se comprovar alguma irregularidade.

Entre dezembro do ano passado e abril de 2009, a Receita contabilizou movimento "atípico" de R\$ 4 bilhões em compensações. A Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis é um exemplo de tributo que teve sua arrecadação reduzida de modo expressivo e imprevisível. No primeiro trimestre, os valores referentes a esse tributo tiveram queda expressiva porque houve compensações. A Petrobras foi a

maior responsável por esse comportamento atípico da Cide-combustíveis.

As informações oficiais sobre a Cide-combustíveis mostram arrecadação de apenas R\$ 816 milhões nos primeiros cinco meses de 2009, o que significa queda real de 76,54% sobre o mesmo período em 2008.

Em maio, a Petrobras divulgou detalhada nota explicando que, considerando variações cambiais, ajustou suas apurações de lucro e tributos, especialmente Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A empresa adotou o regime de caixa, de janeiro a dezembro de 2008.

A Petrobras garantiu que agiu de acordo com a lei e identificou créditos de R\$ 2,14 bilhões em dezembro do ano passado. Por outro lado, reconheceu que teria de pagar R\$ 1 bilhão, mas esse valor foi recolhido em janeiro de 2009. A empresa usou esse crédito de R\$ 1,14 bilhão para compensar pagamentos das contribuições Cide, PIS e Cofins. Depois que o caso da Petrobras veio à tona, a Receita deu informações, sem citar a estatal, que a mudança da apuração do lucro, do regime de competência para o de caixa, seria irregular.

Na visão da equipe de Lina, as atuais normas de compensação servem como arma de planejamento tributário "agressivo". No caso de grandes empresas, uma fiscalização sobre compensações pode durar até um ano. Nesse cenário, há, na visão da secretária, inversão do princípio da indisponibilidade do interesse público. Isso significa que a receita tributária que financia despesas públicas fica subordinada a interesses privados."

Em Agência Estado Broadcast Ao vivo publicou em 13/7/2007:

"QUEDA/ARRECADAÇÃO REFLETE CRISE, DESONERAÇÕES E MÁ GESTÃO

São Paulo, 13 - A queda na arrecadação de tributos nos últimos meses reflete a crise mundial, a política anticíclica do governo e a má gestão da Receita Federal, afirmou há pouco o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas e ex-secretário adjunto de Planejamento.

Por causa da queda da arrecadação, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, decidiu, na semana passada, demitir a secretária da Receita, Lina Vieira. "A expectativa é que a substituição (de Lina) possa trazer nova luz aos resultados", disse o economista, em entrevista ao AE Broadcast Ao Vivo.

De acordo com matéria veiculada hoje no jornal "O Globo", a arrecadação deve cair pelo oitavo mês consecutivo em junho, com

recuo ao redor de 5,5% a 6% em comparação com junho de 2008, e isso teria contribuído para que Lina perdesse o cargo. Em maio, a arrecadação ficou em R\$ 49,835 bilhões.

O resultado da arrecadação de junho será divulgado na quinta-feira, dia 16.

Velloso disse que com o fim da redução ou isenção de IPI para alguns setores, como o de linha branca, a arrecadação deve melhorar. "A arrecadação deve crescer e a própria economia deve começar a mostrar melhores resultados. Diria que 2010 certamente será um ano melhor, até porque a base de comparação será com um ano ruim".

O economista lembrou que o superávit primário está sendo "fortemente afetado" pela crise e ainda é difícil prever quando se dará a "virada" e portanto, é provável que o governo não consiga cumprir a meta de superávit primário de 2,5% para este ano. "Há queda de arrecadação forte e os gastos estão subindo acima da expectativa. Mas é possível que em 2010 o superávit volte a subir", observou.

Velloso disse que o governo tem agido "na base de reagir a pressões" de vários setores da economia e que isso pode não ser tão bom para a economia no médio e longo prazo. "Preferia que o governo tivesse um plano mais bem elaborado de política anticíclica, como um programa de investimentos para alavancar o setor privado. Um plano que permitisse uma retomada mais sólida da economia, baseada em investimentos. E quanto aos investimentos públicos, já deveriam estar olhando para isso com mais cuidado há muito tempo", afirmou.

O economista, no entanto, alertou que muitos gastos que estão sendo feitos agora, como aumento do salário mínimo, acabarão herdados pelo próximo governo e poderão atrapalhar o crescimento sustentado do País nos próximos anos. "O próximo governo, seja ele qual for, vai herdar uma bomba de efeito retardado, teremos um novo congestionamento de gastos, e o resultado dramático disso pode ser ter que subir os juros".

Segundo ele, o País se acostumou a ter juro mais baixo, mas "o BC pode ter de abrir mão do juro de 1 dígito mais adiante e voltar a ocupar a posição de carrasco. Pode ser até em 2010, mas é mais provável que seja em 2011", alertou.

Raul Velloso disse ainda não acreditar em reforma tributária neste governo e nem num futuro próximo.

"Vamos ter de esperar uma nova fase de bonança. Tivemos essa oportunidade entre 2002 e 2008 e não a fizemos. Se a reforma já era algo distante, agora está mais distante ainda do mundo real. (Luciana Xavier)".

Esta Comissão não pode ficar alheia a assunto de tamanha importância,
no cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Comissões, em de julho de 2009

Deputado Duarte Nogueira